

Novo avião A321LR da SATA fez o primeiro voo de testes

O novo avião A321LR para a SATA Azores Airlines realizou o seu primeiro voo de testes, noticiou o Kiosque da Aviação. Trata-se do futuro CS-TSJ.

O primeiro voo teve uma duração total de 2:11.

Como aconteceu com o CS-TSI, a companhia irá receber o A321LR na versão “frigorífico” e posteriormente irá voar para Inglaterra onde vai receber as cores da companhia.

A aeronave irá realizar testes com a matrícula D-AVYX e tem o número de série 10519.

O momento foi capturado pelas fotos do Spotter Tobias Gudat, publicadas pelo Kiosque da Aviação.



É o terceiro dos três encomendados

Este é o terceiro dos três aviões A321LR que a Azores Airlines vai re-

ceber em regime de leasing à Air Lease Corporation, e conta com 190 lugares

distribuídos por duas classes (16 em executiva e 174 em económica).

De recordar que inicialmente estava previsto a Azores Airlines receber quatro modelos A321LR, saindo da frota os actuais A321neo; CS-TSG e CS-TSF.

Falta saber qual será o nome escolhido para a nova aeronave; será o “ADVENTURE”? questiona o Kiosque.

O aparelho está equipado com motores CFM LEAP-1A e, segundo o fabricante aeronáutico europeu, oferece “o conforto excepcional de um widebody numa cabina e com os custos de operação de um aparelho de corredor único”.

O A321LR é o modelo de longo curso da família A320neo e permite realizar voos até 7.400 quilómetros, o que, segundo a Airbus, permite chegar a mercados “que até então estavam inacessíveis aos aparelhos de corredor único”, sendo também mais eficiente, menos ruidoso e mais amigo do ambiente.

Governo promete estudar alternativas ao transporte marítimo inter-ilhas com menos custos

O Secretário Regional dos Transportes disse que o Governo vai “estudar alternativas” ao transporte marítimo de ligação inter-ilhas, para “um efectivo serviço à população” com “custos que o orçamento da região possa suportar”.

Por interpelação do PS, Mota Borges falava na Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA), na cidade da Horta, depois de socialistas e BE acusarem a coligação de Governo (PSD/CDS-PP/PPM) de atacar a coesão regional, ao eliminar ligações marítimas nas ilhas de Santa Maria, São Miguel e Flores, sem “consultar ninguém ou estudar” o assunto.

O pedido de esclarecimentos do PS foi feito após ter sido conhecida, em Agosto, a aprovação em Conselho de Governo do concurso que deixa as ilhas do Grupo Oriental, São Miguel e Santa Maria, sem serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas, porque a operação sazonal foi restrita às ilhas do Grupo Central (Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa).

Segundo a mesma resolução, as ilhas do Grupo Ocidental, Flores e Corvo, continuam a ter ligação regular entre si apenas para transporte de passageiros, sendo eliminada a operação sazonal que ligava as Flores ao resto do arquipélago e que permitia o transporte de viaturas.

O Secretário Regional dos Transportes referiu-se às ligações sazonais como “comodidades de verão”, alertando para uma despesa anual “entre os 10 e os 12 milhões de euros” e para a opção agora existente de viajar de avião com a Tarifa

Açores (viagens inter-ilhas a 60 euros para residentes).

“Aceitar este tipo de comodidades de verão pareceu-nos excessivo”, observou.

Mota Borges recusou uma “política despesista”, apontando que a taxa média de ocupação na Linha Amarela (que fazia a operação sazonal e servia todas as ilhas exceto o Corvo) rondava os 30%.

“Andava a consumir gasóleo sem ocupação significativa”, lamentou.

“Temos de fazer o necessário para compatibilizar as necessidades da Região com a sua capacidade financeira”, alertou.

O debate começou com Tiago Branco, do PS, a recordar que em Agosto, “sem aviso prévio”, o Governo Regional tornou pública a intenção de lançar um concurso público internacional para o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas, extinguindo as ligações de e para as ilhas de São Miguel, Santa Maria e Flores, e as ligações às ilhas do grupo Central.

“Mais grave é que a decisão tenha sido tomada à porta fechada, sem auscultação pública, sem ouvir conselhos de ilha, associações empresariais, presidentes de Câmara, o que revela uma total falta de transparência na condução deste processo”, criticou.

O socialista disse ainda estar em causa um “ataque sem precedentes à coesão regional, colocando ilhas à margem de outras e fomentando desigualdades no acesso aos transportes marítimos”.

Para o deputado, a decisão do Go-



10 a 12 milhões de euros que se pouparam com passagens a 60 euros

verno “é tudo menos promover coesão ou o mercado interno”, representando “um recuo de mais de 20 anos nas ligações marítimas inter-ilhas dos Açores”.

Alexandra Manes, do BE, destacou que o Governo “decidiu deixar as ilhas de São Miguel, Santa Maria e Flores sem transportes marítimos sem ouvir ninguém”.

“O Governo deu uma machadada no conceito de coesão e ignorou o Parlamento”, afirmou.

O deputado do PSD Bruno Belo defendeu uma “análise séria e responsável do ponto de vista dos custos para o contribuinte”, notando que em 2021, nas Flores, houve “mais turistas” do que quando havia transporte marítimo.

Rui Martins, do CDS-PP, observou que os navios “são altamente penalizadores do orçamento regional”. Nuno Barata, da Iniciativa Liberal (IL), disse que em 2020, ano da suspensão da Linha Amarela devido à Covid-19, a

mesma teve uma “poupança na ordem dos 12 milhões de euros”, o que, “numa Região paupérrima” como os Açores, “dava para imensa coisa”.

“A questão está em fazer uma análise custo-benefício”, notou.

Pelo PPM, o deputado Gustavo Alves apontou “grandes ilegalidades” nos contratos de 2017 relativos ao transporte marítimo, defendendo a necessidade de “voltar a estudar” o tema.

José Pacheco, deputado do Chega, considerou que eventuais problemas com o transporte de passageiros estão minimizados com a Tarifa Açores”, sendo “mais complexo o transporte de mercadorias”.

Carlos Furtado, deputado independente, considerou que “os anunciados dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) não podem ser argumento” para não tomar “medidas mais rigorosas do ponto de vista financeiro”.